



Dezembro 2019
N.º 01 | Ano 01

BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA



Dezembro 2019
N.º 01 | Ano 01

BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA



Dezembro 2019
N.º 01 | Ano 01

BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA

Edição

Banco de Moçambique
Departamento de Análise Macroprudencial
Avenida 25 de Setembro
Telefone: (+258) 21354600/700 Fax: (+258) 21 32 23 24/7
C. P. 423

Lay out:

Gabinete de Comunicação e Imagem
Avenida 25 de Setembro
Telefone: (+258) 21354600/700 Fax: (+258) 21 421361

Impressão:

Centro de Documentação e Informação
Banco de Moçambique
Travessa Tenente Valadim nº 29/69 - Maputo
Telefone: (+258) 21354600/700 Fax: (+258) 21 421361

Cópias:

500 exemplares

Prefácio

O Banco de Moçambique decidiu lançar, anualmente, duas publicações sobre estabilidade financeira para avaliar as vulnerabilidades e riscos no sistema financeiro. Trata-se do Relatório de Estabilidade Financeira, a ser publicado na primeira metade do ano, onde serão feitas análises com base nos dados financeiros do ano anterior, e o Boletim de Estabilidade Financeira, a ser publicado no segundo semestre, tendo como base os dados da primeira metade do ano.

Essas publicações pretendem ser uma ferramenta de comunicação com a sociedade, em geral, e com o sistema financeiro, em particular. O presente Boletim analisa os desenvolvimentos do primeiro semestre de 2019 e as perspectivas de estabilidade financeira em Moçambique.

A estabilidade financeira é um dos principais objectivos de política do Banco de Moçambique. Para o seu alcance, o sistema financeiro deve disponibilizar serviços financeiros de forma confiável e ininterrupta, mesmo sob condições macroeconómicas adversas ou extremas.

O Banco de Moçambique, dentre outras atribuições, actua como supervisor das instituições financeiras, sendo igualmente responsável por monitorar o funcionamento do sistema financeiro, incluindo a supervisão macroprudencial.

A política macroprudencial do Banco de Moçambique visa garantir a estabilidade financeira através da adopção de medidas e instrumentos prudenciais para mitigar e prevenir riscos sistémicos que possam criar perturbações no sistema financeiro e no fornecimento normal dos serviços financeiros.

O Boletim de Estabilidade Financeira apresenta as principais vulnerabilidades e eventos que podem representar riscos à estabilidade financeira e avalia a resiliência do sistema bancário moçambicano, destacando as principais medidas adoptadas pelo Banco de Moçambique para mitigar esses riscos.

O Governador

Rogério Lucas Zandamela

ÍNDICE

Prefácio	5
Sumário Executivo	11
1. Risco Macrofinanceiro – Ambiente Internacional	12
2. Sistema Financeiro Moçambicano	13
2.1. Avaliação do risco sistémico	13
2.2. Vulnerabilidades no sistema financeiro moçambicano	16
2.2.1. Elevado endividamento do sector público associado ao baixo potencial de crescimento	17
2.2.2. Nível de confiança do país no mercado internacional	18
2.2.3. Deterioração da qualidade da carteira de crédito	20
2.2.4. Incerteza no ambiente sócio- político em Moçambique	21
2.2.5. Sistema nacional de pagamentos sem plataforma de liquidação centralizada	21
3. Sistema bancário	22
3.1. Níveis de concentração do sistema bancário	22
3.2. Estrutura do Balanço	23
3.2.1. Principais rubricas do Activo	23
3.2.2. Principais rubricas do passivo e capitais próprios	24
3.3. Indicadores de solidez financeira	24
3.3.1. Adequação de capital	24
3.3.2. Qualidade de Activos	25
3.3.3. Rendibilidade	26
3.3.4. Liquidez e Financiamento	27
4. Medidas de política macroprudencial	29

GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução do Risco Sistémico	13
Gráfico 2. Evolução do crédito ao governo e do crédito à economia	17
Gráfico 4. Evolução da taxa de câmbio nas economias da SADC face ao Dólar norte americano	19
Gráfico 5. Evolução do IDE - Moçambique	20
Gráfico 6. Evolução da taxa de juro real	20
Gráfico 7. Evolução do nível de concentração do Sistema bancário – Índice de Herfindahl-Hirschmann (IHH)	23
Gráfico 8. Principais rubricas do Activo	23
Gráfico 9. Principais rubricas do passivo e capitais próprios	24
Gráfico 10. Tier I, Tier II, Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade	25
Gráfico 11. Rácio de alavancagem	25
Gráfico 12. Qualidade de activos	26
Gráfico 13. Rendibilidade	26
Gráfico 14. Crédito, depósitos e taxa de transformação	27
Gráfico 15. Composição dos depósitos	28

TABELAS

Tabela 1. Resumo das vulnerabilidades do sistema financeiro moçambicano no primeiro semestre de 2019	17
Tabela 2. Classificação do país no mercado internacional	18
Tabela 3. Quotas de mercado	22
Tabela 4. Tier I, Tier II, Fundos Próprios	24
Tabela 5. Principais fontes de financiamento do sistema bancário	27
Tabela 6. Indicadores de liquidez (milhões de MT)	28

CAIXAS

Caixa 1. Metodologia para o cálculo do Índice de Estabilidade Financeira	16
Caixa 2. Ajuste de normas prudenciais	30

Sumário Executivo

O Banco de Moçambique considera que o risco global para a estabilidade financeira em Moçambique diminuiu nos últimos três anos. Os níveis nominais das taxas de juro reduziram, contribuindo para a flexibilização das condições financeiras facto que, associado as altas taxas de solvência bancária que aumentaram a resiliência no sector bancário, favoreceu a redução do risco sistémico.

Por outro lado, a dívida pública como percentagem do Produto Interno Bruto aumentou, contribuindo para os altos níveis de dívida no sector público, que constituem uma importante vulnerabilidade no sistema financeiro.

Adicionalmente, outros sectores da economia estão a ressentir-se da elevada dívida pública devido ao peso do Estado na economia e ao hiato na cobertura das suas responsabilidades, com os elevados níveis de empréstimos vencidos, restringindo a disposição dos bancos em conceder créditos às empresas e famílias.

Do mesmo modo, o crescimento económico no primeiro semestre de 2019 foi afectado por desastres naturais que atingiram as regiões centro e norte do país. Em resultado desses fenómenos, o Banco de Moçambique prevê uma desaceleração do crescimento económico em 2019, seguida de uma recuperação gradual em 2020, embora ainda abaixo do seu potencial.

As instituições de crédito, especialmente as de importância sistémica, foram afectadas pelo fraco desempenho da economia e pelo incumprimento das obrigações dos diferentes intervenientes no sistema bancário.

Moçambique é uma pequena economia aberta, onde a conjuntura internacional, especialmente na região da África Austral, afecta a economia e o sistema financeiro. O baixo crescimento na África do Sul aumentou o risco de crédito, agravando o *stress* financeiro naquele país e pode, potencialmente, impactar as empresas e famílias moçambicanas, dada a acentuada interligação entre as economias dos dois países.

O Banco de Moçambique monitora a evolução dos desenvolvimentos internacionais e intervém com os instrumentos micro e macroprudenciais disponíveis, a fim de garantir resiliência sistémica e estabilidade financeira no país.

Nesta perspectiva, o banco implementou requisitos de capital adicionais para todos os bancos, aumentando a sua capacidade de absorver perdas resultantes de incumprimento de obrigações creditícias e lidar com distúrbios no mercado financeiro. Adicionalmente, o banco estabeleceu padrões que determinam requisitos adicionais de capital para bancos domésticos sistemicamente importantes.

Ademais, foram divulgados requisitos de empréstimos relacionados ao rácio entre o valor de empréstimo e o valor do bem dado de garantia (*loan to value*) e o rácio entre o montante do serviço da dívida e o rendimento do cliente (*debt to income*).

1. Risco macrofinanceiro – Ambiente internacional

A desaceleração da actividade económica global e o agravamento dos riscos de uma queda mais acentuada na produção global tornam o sistema financeiro mais vulnerável.

O sistema financeiro tem subjacente uma dimensão transfronteiriça. Nesta perspectiva, a turbulência e incerteza global, no domínio financeiro, podem alastrar-se para o sistema financeiro de pequenas economias abertas como Moçambique, quer provenham do sistema financeiro global ou resultem do desempenho da economia real.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) procura revelar vulnerabilidades do sector financeiro e aconselhar sobre as medidas de mitigação, incluindo os limites e/ou procedimentos para calcular o rácio entre o valor de empréstimo e o valor do bem dado de garantia, assim como o rácio entre o montante do serviço da dívida e o rendimento do cliente.

Adicionalmente, ainda no domínio macroprudencial, o FMI define limites de concentração de risco e procura melhorar a metodologia para identificar instituições bancárias sistémicas. A intervenção desta instituição inclui, igualmente, os pontos fracos da estrutura legal para gestão de crises, resolução bancária e redes de segurança.

No período que antecedeu a crise financeira global, os empréstimos em dólares americanos de bancos internacionais sediados fora dos Estados Unidos tornaram-se veículos importantes para a transmissão de choques nas economias emergentes em todo o mundo.

Embora os regulamentos emitidos após a última crise financeira mundial tenham aumentado a resiliência do sector bancário, o financiamento volátil e de curto prazo ampliou a transmissão de choques e continua a ser uma fonte de vulnerabilidades para o sistema financeiro global.

A desaceleração da actividade económica global e o agravamento dos riscos de uma queda

mais acentuada na produção global, conduziram a uma mudança para políticas monetárias mais expansivas. A prevalência de taxas de juro excepcionalmente baixas por um período prolongado, tornam o sistema financeiro global mais vulnerável.

Muitas economias desenvolvidas testemunharam quedas acentuadas nos retornos esperados dos investimentos. Enquanto isso, economias em desenvolvimento, como é o caso de Moçambique, têm altas taxas de juros reais e expectativa de lucros elevados, e são um mercado atraente para investimentos de curto prazo. Esses investimentos podem ser voláteis e afectar a estabilidade da taxa de câmbio, aumentar o risco de mercado e criar instabilidade financeira.

Adicionalmente, Moçambique tem um potencial para exploração de *commodities*, o que torna o país atraente para o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) estável de longo prazo, que contribui para o crescimento económico. Por outro lado, o financiamento excessivo, resultante das baixas taxas de juros oferecidas nas economias avançadas que estimulam os fluxos de capital para os mercados emergentes, pode levar ao aumento do risco de endividamento público e corporativo futuro, devido as substanciais entradas de capital.

O endividamento acima das capacidades reais do país para atender aos pagamentos do serviço da dívida, seja com recurso ao Produto Interno Bruto (PIB) ou as receitas de exportação, constitui uma vulnerabilidade relevante que afecta o risco sistémico geral. O facto de Moçambique ser uma pequena economia aberta, faz com que seja particularmente vulnerável ao impacto desfavorável de seu rating soberano negativo. O país não conseguiu lidar com empréstimos nos últimos anos, o que foi acentuado pela capacidade limitada de buscar outras fontes sustentáveis de financiamento em moeda externa.

Na África do Sul, principal parceiro económico de Moçambique na região da África Austral, o sector bancário permanece bem capitalizado

em níveis consideravelmente acima do requisito regulatório mínimo. No entanto, o baixo crescimento económico da África do Sul suscita preocupação relativamente ao agravamento do risco de crédito, devido ao aumento do *stress* financeiro nas pequenas e médias empresas, bem como em famílias afectadas pela perda de emprego e/ou deterioração da renda disponível. Embora existam preocupações sobre a capacidade das famílias de fazer face ao seu endividamento, as taxas de juros permaneceram relativamente estáveis, proporcionando algum alívio ao sector bancário.

A sustentabilidade fiscal, à semelhança do caso de Moçambique, continua a representar um factor importante para o *rating* de crédito soberano da África do Sul. A dívida pública, como percentagem do PIB, duplicou nos últimos 10 anos, mas permanece abaixo do limite de 70% identificado como de alto risco pelo FMI.

2. Sistema financeiro moçambicano

Os níveis de dívida das sociedades não financeiras, das empresas públicas e dos particulares continuam elevados. A principal vulnerabilidade no sistema financeiro moçambicano é o elevado nível de endividamento no sector público, conjugado com o baixo crescimento económico. A qualidade da carteira de crédito dos bancos mostra sinais de deterioração, mas os bancos reportam elevadas taxas de solvência e lucratividade.

O sistema financeiro moçambicano procura prestar serviços financeiros ininterruptos e confiáveis à sociedade moçambicana. Os serviços financeiros referem-se a uma ampla gama de funções que vão desde serviços totalmente regulamentados, como bancos e seguros, até crédito não regulamentado de esquemas de poupança particular.

Nos últimos anos, a transferência electrónica de valores monetários também se tornou uma parte semi-regulada importante do sistema fi-

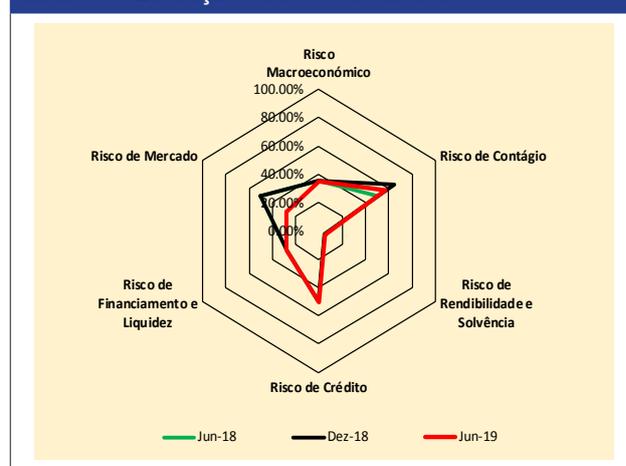
nanceiro moçambicano. Este relatório concentra-se no sistema bancário, responsabilidade do Banco de Moçambique (BM).

O sistema bancário é dominado por bancos de capitais predominantemente estrangeiros que juntos constituem uma parte significativa do mercado de serviços financeiros e actividade de intermediação financeira. Em Junho de 2019 os três maiores bancos detinham 72% do total de depósitos, 63% do total de crédito e 67% do total de activos.

2.1. Avaliação do risco sistémico

A avaliação do risco sistémico tem como base a matriz de risco sistémico, que é uma ferramenta quantitativa que apresenta a dinâmica de risco no sistema bancário moçambicano. A matriz de risco sistémico é composta por 20 indicadores agrupados em 6 categorias nomeadamente: (i) risco macroeconómico; (ii) risco de contágio (subdividido em risco cambial e risco do sector público); (iii) risco de rendibilidade e solvência; (iv) risco de crédito; (v) risco de financiamento e liquidez; e (vi) risco de mercado. Os riscos são classificados como severo, elevado, moderado ou baixo. Os limites entre as classificações são estabelecidos com base na experiência internacional, dados da economia doméstica e experiência de supervisão.

Gráfico 1. Evolução do risco sistémico



Fonte: BM

O gráfico dos indicadores de risco (Gráfico 1), ilustra a evolução de riscos para as seis categorias. O risco está no seu nível mais baixo porque as linhas para os respectivos períodos estão próximas do centro do gráfico. A evolução positiva do risco de contágio e risco de mercado entre Junho de 2018 e Junho de 2019 contribuiu para uma melhoria da matriz de riscos sistémicos, ao passar de 36,3% para 33,8% (veja a caixa 1 para obter mais informações sobre a matriz de riscos sistémicos).

Risco Macroeconómico

No primeiro semestre de 2019, a actividade económica abrandou, reflectindo, fundamentalmente, os efeitos dos choques climáticos e a redução do preço internacional das principais mercadorias de exportação de Moçambique, com realce para o carvão.

O fraco desempenho das exportações e a consequente redução das divisas, resultante das exportações, incentivam os desequilíbrios de mercado, contribuindo para a depreciação da paridade Dólar dos Estados Unidos/Metical (USD/MT). Essa evolução negativa resultou de preços mais baixos das commodities, particularmente preços do carvão, que conduziram a uma diminuição dos recursos provenientes do carvão exportado, responsável por mais de um quarto da base de exportação do país.

As receitas das exportações podem reduzir ainda mais nos próximos tempos, tendo em conta que nos primeiros seis meses do ano as exportações de carvão caíram mais de 20% em relação ao ano anterior, tendência que poderá prevalecer no segundo semestre de 2019 e em 2020. A provável redução da produção e exportação de carvão em 2020 decorre do facto de um grande operador de mineração de carvão, responsável por mais de 60% da produção total de carvão do país, pretender interromper as suas operações por um trimestre para realizar algumas mudanças, com vista a melhorar a sua produtividade.

Esta interrupção terá impacto no volume de re-

ceitas em moeda estrangeira do país podendo afectar a taxa de câmbio materializando, assim, o agravamento do risco de mercado e, por sua vez, a instabilidade financeira, tendo em conta a participação desta empresa nas vendas totais de moeda estrangeira no mercado interbancário. No entanto, esta tendência pode ser atenuada pelos elevados níveis esperados de entradas de investimentos em Gás Natural Liquefeito (GNL), a partir de 2020, que, podem, de alguma forma, reduzir as pressões de liquidez em moeda externa nos próximos anos.

O crescimento da economia moçambicana foi de 2,5%, no primeiro trimestre de 2019, e de 2,3%, no segundo trimestre, abaixo do crescimento potencial anual estimado em 7,0%. Para 2019, espera-se uma desaceleração da actividade económica, seguida de uma recuperação gradual em 2020. O rácio dívida pública/PIB apresenta uma tendência crescente estando, actualmente, em torno de 100,0%, de acordo com informação do FMI.

No primeiro semestre do ano em análise, a inflação desacelerou, em termos homólogos, para 2,3%, em Junho de 2019 (4,4% em Junho de 2018), reforçando as projecções de inflação baixa e estável a curto e médio prazo. Os bancos também reduziram as suas taxas de juros nominais, mantendo inalteradas as taxas reais. O nível de inflação baixa é desejável e pode ajudar a ancorar as expectativas nas taxas de câmbio, resultando em taxas de juros reais mais baixas e favorecer maiores investimentos e, por conseguinte, gerar maior produção.

Risco de Contágio

Em Junho de 2019, os indicadores de exposição ligados às operações em moeda estrangeira estavam em níveis satisfatórios, indicando risco moderado de contágio no sistema financeiro moçambicano, que deve continuar no curto e médio prazo. Por outro lado, o crédito concedido às entidades públicas e o rácio da dívida pública/PIB foram altos.

Um alto grau de interdependência no sector financeiro torna-o vulnerável a possíveis riscos de contágio. Quanto maior for a relação

de interdependência, maiores serão os riscos para a estabilidade sistémica. O efeito contágio manifesta-se através de potenciais choques adversos numa instituição ou sector, que se espalham rápida e significativamente para outras instituições ou sectores. Esse contágio pode representar sérias ameaças à estabilidade financeira.

Risco de rendibilidade e solvência

Em Junho de 2019, todos os indicadores desta categoria apresentavam níveis de risco baixo. O risco baixo nesta categoria mostra que o sistema bancário tem um desempenho positivo e está bem capitalizado, o que pressupõe uma boa capacidade de absorver perdas resultantes de choques adversos. A elevada taxa de rendibilidade e solvência fortalecem a robustez das instituições para suportar possíveis perturbações no sistema financeiro.

Ainda que o sector bancário mostre resiliência a choques, ele é exposto a choques exógenos negativos que podem deteriorar o crescimento económico e aumentar os incumprimentos de obrigações. Ao avaliar os níveis registrados nos últimos seis meses, espera-se melhorias de curto e médio prazo nos níveis de rendibilidade e solvência do sistema financeiro moçambicano.

Risco de Crédito

Em Junho de 2019, o risco de crédito, risco bancário mais significativo em Moçambique, ainda que tenha registado uma evolução ligeiramente positiva, permaneceu elevado, como resultado de um nível de crédito em incumprimento de 11% (13% em Junho de 2018 e 11% em Dezembro de 2018), muito acima do limite de 5% recomendado pelas boas práticas internacionais.

A evolução ligeiramente positiva deste risco teve origem no tímido crescimento do crédito a economia (2,7%) no primeiro semestre de 2019. Apesar dos altos níveis de crédito em incumprimento no sistema bancário, os bancos demonstraram capacidade de cobertura desses níveis.

Com efeito, os rácios de cobertura do crédito em incumprimento pelas provisões permane-

ceram estáveis, embora as provisões tenham aumentado ligeiramente, passando de 89%, em Junho de 2018, para 91%, em Junho de 2019.

Risco de Liquidez

Os indicadores de risco de liquidez apresentaram um nível moderado no primeiro semestre de 2019, medido pelos três rácios de liquidez usados para avaliar o risco nomeadamente: (i) activos líquidos sobre o total de activos, (ii) cobertura de liquidez de curto prazo, e (iii) empréstimos sobre depósitos. Todos os valores estão em níveis internacionalmente aceitáveis. As perspectivas de curto e médio prazo indicam um nível de risco moderado contínuo.

Risco de Mercado

No primeiro semestre de 2019, o efeito combinado da *prime rate*, que permaneceu em níveis considerados de risco moderado, e a baixa volatilidade na taxa de câmbio USD/MT, resultou num baixo nível de risco de mercado.

Essa tendência pode não prevalecer no curto prazo, dado o fraco desempenho das receitas de exportação de carvão, que terão impacto na disponibilidade de divisas do país e na taxa de câmbio, afectando o risco de mercado e a estabilidade financeira. Não obstante, os investimentos de GNL no país podem, num futuro próximo, aliviar essa tendência e reduzir a volatilidade da taxa de câmbio no médio prazo.

O risco de mercado avalia as perdas dentro e fora do balanço resultantes de flutuações nos preços de mercado (taxas de juros, taxas de câmbio, preços de *commodities*, cotações de títulos e outros).

As perspectivas de curto e médio prazo, para esta categoria de risco apontam para uma redução no risco, dada a expectativa de redução na evolução da taxa de juros. Além disso, a entrada de recursos externos de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), das exportações e de outras fontes deve proporcionar estabilidade cambial, contribuindo para uma evolução moderada do risco de mercado.

Caixa 1. Metodologia para o cálculo do Índice de Estabilidade Financeira

A avaliação de risco sistémico baseia-se num índice de estabilidade financeira, determinado através de uma matriz de risco sistémico composta por 20 indicadores de risco agrupados em 6 categorias de risco que correspondem às principais fontes de risco sistémico do sistema bancário moçambicano, nomeadamente (i) risco macroeconómico; (ii) risco contágio (com duas subcategorias, uma para câmbio e outra para o setor público); (iii) risco de rentabilidade e solvência; (iv) risco de crédito; (v) risco de financiamento e liquidez; e (vi) risco de mercado.

Para cada um dos indicadores foram definidos quatro intervalos de risco, a saber: risco baixo, risco moderado, risco alto e risco severo, tendo os respectivos limiares sido fixados com base nos limites prudenciais regulamentares, julgamentos de supervisor e boas práticas e experiências internacionais. Para a determinação do índice de estabilidade financeira, foram estabelecidos ponderadores que representam a situação de risco de cada indicador, sendo que o risco baixo foi ponderado abaixo de 25%, risco moderado abaixo de 50%, risco alto abaixo de 75% e risco severo abaixo de 100%.

O primeiro passo da determinação do índice geral de estabilidade financeira consiste em calcular o índice para cada uma das categorias de risco, sendo este obtido a partir da média dos valores ponderados de risco dos respectivos indicadores. Por sua vez, o índice de estabilidade financeira é determinado através da média dos índices das categorias de risco.

Para o índice de estabilidade financeira, tanto das categorias de risco como o global, foram definidos os quatro intervalos de risco

De 0% - 25% - risco baixo;

De 25% a 50% - risco moderado;

De 50% a 75% - risco elevado;

De 75% - 100% - risco severo;

De referir que a estabilidade financeira é maior quanto menor for o valor do índice de estabilidade financeira, ou seja, a estabilidade financeira é inversamente proporcional ao valor do respectivo indicador, ou ainda, o risco sistémico é maior quanto maior for o valor do índice de estabilidade financeira.

2.2. Vulnerabilidades no sistema financeiro moçambicano

O sistema financeiro nacional possui uma série de vulnerabilidades que podem levar à materialização de riscos à estabilidade financeira. As principais vulnerabilidades do sistema financeiro moçambicano no primeiro semestre de 2019 foram:

(i) elevado endividamento do sector público associado a baixo potencial de crescimento; (ii) baixa confiança do país no mercado internacional; (iii) deterioração da qualidade da carteira de crédito; (iv) incertezas quanto ao ambiente

sócio-político em Moçambique e (v) sistema de pagamentos sem plataforma de liquidação centralizada.

Quando a economia é exposta a choques, as vulnerabilidades no sistema financeiro podem aumentar e conduzir à turbulências financeiras restringindo o crescimento económico. Os choques na economia também podem ter origem no exterior, conforme descrito no Capítulo 1.

Tabela 1. Resumo das vulnerabilidades do sistema financeiro moçambicano no primeiro semestre de 2019		
Vulnerabilidades	Gradação	Varição
Elevado endividamento do sector público associado a baixo potencial de crescimento	Alta - Vermelho	→
Baixa confiança do país no mercado internacional	Alta - Amarelo	↘
Deterioração da qualidade da carteira de crédito	Alta - Vermelho	→
Incertezas no ambiente sócio-político em Moçambique	Alta - Amarelo	↗
Sistema de pagamentos sem plataforma de liquidação centralizada	Alta - Amarelo	→
Moderada – Amarelo	Alta – Laranja	Severa - Vermelho

Fonte: BM

2.2.1. Elevado endividamento do sector público associado ao baixo potencial de crescimento

O crescente nível de endividamento do sector público em Moçambique é uma restrição ao eficiente desempenho e alocação de recursos no sistema financeiro. A dívida pública é emitida principalmente no mercado interno, por meio de bilhetes de tesouro, obrigações de tesouro e adiantamentos do BM.

A dívida do sector público poderá aumentar em 2019, uma vez que o PIB sofreu uma revisão em baixa, num contexto em que, por um lado, o país não se beneficia de fundos de ajuda externa para o apoio directo ao orçamento e, por outro o governo concede benefícios fiscais a empresas afectadas pelos ciclones nas zonas centro e norte do país.

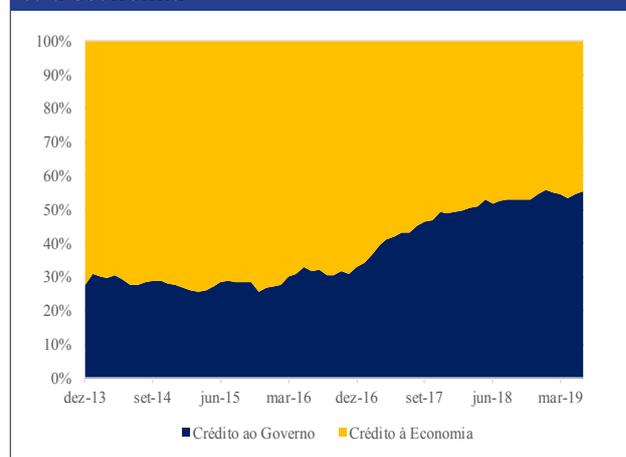
O baixo nível do PIB conjugado com os benefícios fiscais poderão aumentar, ainda mais, os défices e a necessidade de recurso à dívida pública, considerando o baixo nível de arrecadação de receitas. Isto poderá ser induzido pela redução da capacidade produtiva da economia e predisposição do Estado em financiar-se a custos mais elevados, pressionando, deste modo, a capacidade do sector público de honrar o serviço da dívida e absorvendo os recursos do resto da economia.

A evolução do crédito à economia mostra que no primeiro semestre de 2019 este agregado

tem estado a responder, ainda que de forma tímida, à tendência das taxas de juro a retalho que vem reduzindo em linha com a trajectória da taxa de juro de política monetária que observou uma queda de 100 pontos base no semestre em análise. Efectivamente, no primeiro semestre de 2019, o crédito à economia aumentou 2,7%, tendo a taxa de juros média dos empréstimos para dois anos reduzido em 127 pontos base.

A preferência implícita dos bancos comerciais em investir em títulos de tesouro (obrigações e bilhetes), conferindo-lhes alta rentabilidade e menor risco relativo em comparação aos empréstimos para a economia, contribuiu para o baixo crescimento do crédito para a economia (Gráfico 2).

Gráfico 2. Evolução do crédito ao governo e do crédito à economia



Fonte: BM

2.2.2. Nível de confiança do país no mercado internacional

A confiança de um país no mercado internacional depende de factores como risco de crédito, risco cambial, perspectivas do PIB e outros. Estes factores determinam a atractividade do país para investimentos estrangeiros que são determinantes para o crescimento do PIB e podem contribuir para a estabilidade macroeconómica, condição fundamental à estabilidade financeira.

Para estabelecer o nível de confiança de Moçambique no mercado internacional, três indicadores de referência foram identificados: (i) o rating soberano do país medido por agências internacionais de classificação de crédito (Standard & Poor's; Fitch Ratings e Moody's); (ii) variação de preço e evolução da taxa de câmbio e; (iii) evolução do IDE.

Rating soberano de Moçambique medido por agências internacionais de classificação de crédito

No primeiro semestre de 2019, as três principais agências internacionais de classificação de

crédito, nomeadamente: Moody's, Standard & Poor's e Fitch Ratings, avaliaram o *rating* da dívida do país como "não qualificado" para investimento. Esta classificação resulta do facto de o país estar em incumprimento para algumas das suas dívidas, especificamente nas dívidas classificadas como não declaradas, existindo unanimidade entre as agências de classificação de crédito em relação à qualidade especulativa da dívida soberana de Moçambique e seu risco substancial.

No que diz respeito à capacidade do país de cobrir as dívidas não declaradas, as três agências de classificação financeira receiam a continuidade de incumprimento no segundo semestre de 2019, caso não se opte pela materialização da renegociação que tem vindo a ser esboçada e, por conseguinte, a manutenção do baixo interesse dos investidores pelos títulos do país.

A baixa classificação do país no mercado internacional, em comparação com os países da região, dificulta o direccionamento de investimentos tendo em conta a melhor classificação dos demais (Tabela 2).

Tabela 2. Classificação do país no mercado internacional

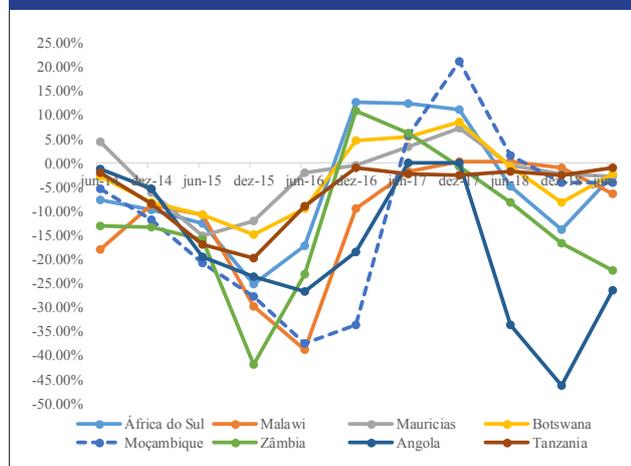
	Moody's Rating	S&P ratings	Fitch Ratings
Moçambique	Caa3: risco substancial	SD: incumprimento, com pouca perspectiva de recuperação.	CCC: risco substancial
África do Sul	Baa3: grau médio inferior	BB: grau de investimento não especulativo	BB+: grau de investimento não especulativo
Zâmbia		CCC+: risco substancial	CCC: risco substancial
Malawi			B-: altamente especulativo
Angola	B3: altamente especulativo	B-: altamente especulativo	B: altamente especulativo
Maurícias	Baa1: grau médio inferior		

Fonte: Moody's; S&P; Fitch

Variação de preço e evolução da taxa de câmbio

No primeiro semestre de 2019, a variação anual de preços em Moçambique foi de 2,3%. A inflação baixa contribuiu para a estabilidade financeira do país, factor importante para atracção de investimentos e melhoria do poder de compra das famílias. Moçambique fez parte dos países que registaram menor volatilidade nos preços a nível da região Austral do continente (Gráfico 3), como resultado de uma política monetária prudente e rigorosa prosseguida pela autoridade nos últimos anos.

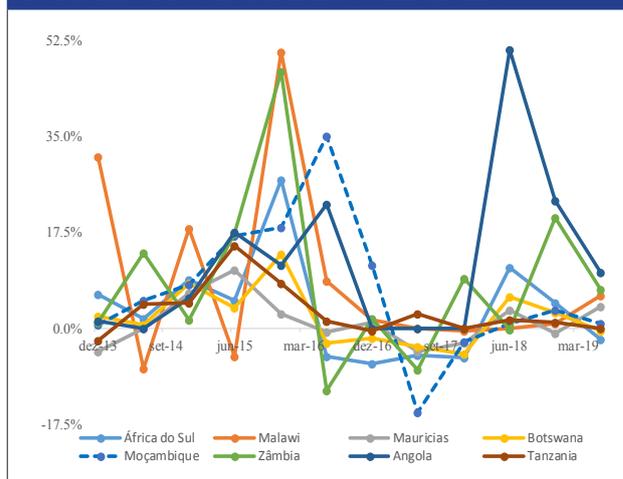
Gráfico 3. Evolução anual do IPC nas economias da SADC



Fonte: Reuters

No que diz respeito ao desempenho da taxa de câmbio, o Metical foi uma das moedas da região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) que menos flutuou durante o período em referência, com uma depreciação inferior a 5% em relação ao dólar dos Estados Unidos (Gráfico 4). Isto contribuiu para um risco de mercado relativamente baixo, permitindo que as transacções do sistema bancário ocorressem num ambiente de estabilidade cambial, assegurando, assim, a confiança do sistema e de potenciais investidores.

Gráfico 4. Evolução da taxa de câmbio nas economias da SADC face ao Dólar norte americano



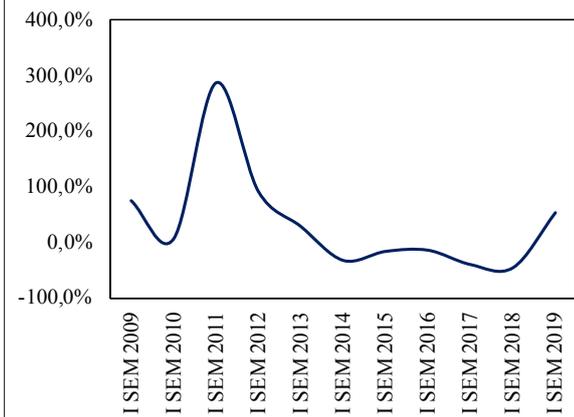
Fonte: Reuters

A gestão da flutuação cambial pelo banco tem estado a assegurar a estabilidade cambial, sem recurso ao desgaste de reservas do país, num contexto em que as receitas de exportação e o crescimento do produto tem pouca expressão.

Evolução do Investimento Directo Estrangeiro

Analisando apenas os dados dos primeiros seis meses, de 2009 a 2019, constatou-se um aumento do IDE em 2019, após cinco anos sucessivos de redução (Gráfico 5). No primeiro semestre de 2019, o IDE cresceu 53% em relação ao mesmo período de 2018, mostrando um sinal de uma relativa recuperação da confiança do país com os investidores, o que contribuiu para uma maior disponibilidade de recursos em moeda estrangeira no sistema bancário, com impacto na estabilidade cambial.

Gráfico 5. Evolução do IDE - Moçambique



Fonte: BM e Ministério da Economia e Finanças

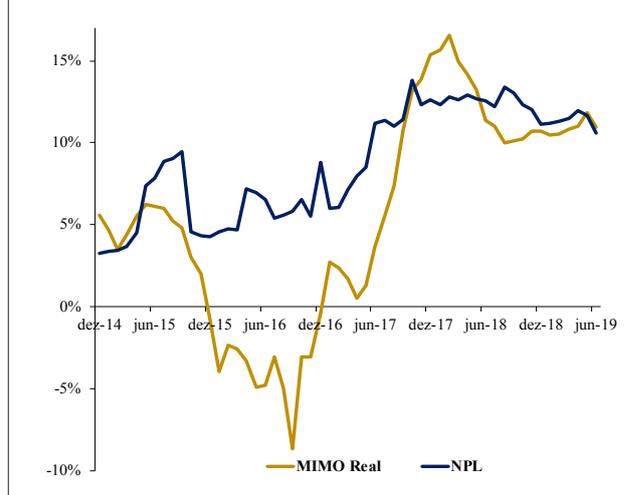
A indústria extractiva é a maior beneficiária do IDE na economia, sendo que parte considerável é canalizada para o sector de gás. A instabilidade militar que se regista em algumas regiões do país, particularmente na província de Cabo Delgado pode contribuir para retrair a atractividade dos investimentos para o país.

2.2.3. Deterioração da qualidade da carteira de crédito

A qualidade da carteira de crédito das instituições de crédito, medida pelo rácio de crédito em incumprimento, manteve-se estável no primeiro semestre de 2019, em torno de 11%, bem acima do máximo de 5% recomendado pelas boas práticas internacionais.

Os níveis elevados de crédito em incumprimento registados desde 2016 (Gráfico 6), podem estar associados às altas taxas de juro reais praticadas pelos bancos comerciais no período em análise e aos desequilíbrios financeiros de alguns bancos a operar no sistema que, aliados à pressão cambial (a qual impacta no poder de compra), desencorajam a procura para novos empréstimos do sector corporativo e doméstico.

Gráfico 6. Evolução da taxa de juro real



Fonte: BM

O actual ciclo económico que o país atravessa, caracterizado pela fraca procura agregada e receios sobre a capacidade das famílias e empresas de honrarem seus compromissos, contribui para a fraca expansão do crédito para a economia.

A disposição do Estado de pagar taxas relativamente altas pela emissão de títulos ajuda a agravar esse cenário, fazendo com que os bancos comerciais pratiquem taxas que inibem a procura de crédito por outros segmentos da economia.

A tendência recente de redução das taxas de juros de referência da política monetária, com potenciais efeitos na redução das taxas activas (reais) que os bancos comerciais aplicam ao público, poderá, a médio prazo, amortecer as elevadas taxas de crédito em incumprimento por parte dos diversos credores.

2.2.4. Incerteza no ambiente sócio-político em Moçambique

A primeira metade de 2019 foi marcada pelo progresso nas negociações entre o Governo e a Renamo, que resultaram na assinatura do acordo definitivo de paz e reconciliação nacional.

No entanto, prevalecem incertezas associadas ao processo de desarmamento e desmilitarização que ocorrerá no segundo semestre de 2019, em simultâneo com o período eleitoral.

Essas incertezas, associadas ao histórico de conflitos pós-eleitorais, fazem com que os intervenientes do sistema financeiro ampliem as suas precauções quanto ao desfecho desses conflitos, podendo incrementar os custos financeiros no sistema bancário que posteriormente serão repassados aos clientes.

Os ataques armados na região norte de Cabo Delgado são também um elemento de preocupação do sistema bancário, particularmente no que diz respeito aos projectos de expansão da banca aos distritos afectados, restringindo os investimentos e, conseqüentemente, limitando a inclusão financeira.

Além disso, existem elementos como incertezas associadas aos factores climáticos que podem restringir a produção, essencialmente no sector agrícola, com impacto no nível de cumprimento das obrigações de crédito. A escassez de produtos agrícolas influencia o nível de preços, podendo contribuir para a instabilidade financeira. Em suma, todos esses elementos condicionam a estabilidade financeira, pois os canais¹ que a asseguram estão condicionado a eles.

2.2.5. Sistema nacional de pagamentos sem plataforma de liquidação centralizada

Para que os sistemas de pagamento cumpram com papel de contribuir para a estabilidade do sistema financeiro, eles devem ser robustos, efi-

cientes e seguros.

O sistema de pagamentos moçambicano é constituído por subsistemas geridos pelo BM, nomeadamente Compensação e Liquidação Interbancária (CEL), Sistema de Transferência Electrónica de Fundos do Estado (STF) e Metical em Tempo Real (MTR) e por subsistemas geridos por outras entidades, nomeadamente a Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO) e a Bolsa de Valores de Moçambique (BVM).

Adicionalmente, o sistema nacional de pagamentos inclui as instituições de moeda electrónica (IME), designadamente a Carteira Móvel, Vodafone Mpesa e M-Mola.

O sistema nacional de pagamentos registou um desenvolvimento considerável. Para além dos instrumentos de pagamento tradicionais, como cheques e ordens de pagamento, a modernização do sistema de pagamento permitiu a introdução de instrumentos de pagamento modernos, como transferências electrónicas interbancárias, cartões (débito, crédito e pré-pago), e o uso da *internet*, telefones celulares e outros dispositivos electrónicos para a realização de pagamentos.

Outro facto a ser destacado foi a implementação de regulamentação favorável ao surgimento de inovações no sistema nacional de pagamentos, com destaque para os relacionados com prestadores de serviços de pagamentos e *fintechs*.

Dadas as melhorias na legislação, as transações no sistema bancário resultaram na redução do tempo para a disponibilização dos fundos aos beneficiários finais e na diversificação dos instrumentos de pagamento disponíveis ao público, permitindo-lhes utilizar o instrumento de pagamento mais adequado para cada situação.

No entanto, persistem desafios relacionados com a eficiência e segurança do sistema nacional de pagamentos. A ausência de uma plataforma de liquidação centralizada dos subsistemas de pagamentos constitui um dos factores que atentam contra o alcance dos principais atributos de um sistema de pagamento que funcione plenamente.

¹ Canal de crédito, monetário ou de taxa de câmbio.

Consciente desta realidade, o BM está em processo de implementação de uma plataforma de liquidação em tempo real – Real Time Gross Settlement (RTGS). Ademais, o banco introduziu a função de fiscalização de sistemas de pagamento para garantir o cumprimento dos objetivos de interesse público previstos na Lei do Sistema Nacional de Pagamentos e a conformidade com os princípios para as Infraestruturas do Mercado Financeiro.

3. Sistema bancário

Os bancos moçambicanos estão bem capitalizados e reportam rendimentos elevados sobre seus investimentos em activos do balanço, com as disponibilidades e aplicações em instituições de crédito a registarem crescimento.

No primeiro semestre de 2019, os três maiores bancos do sistema bancário, mantiveram sua posição dominante, mostrando a sua importância no sistema. Os níveis de concentração ainda são altos e podem levar à instabilidade financeira em caso de falência de um dos bancos.

3.1. Níveis de concentração do sistema bancário

Os três maiores bancos, tanto em termos de activos como em créditos e depósitos, apresentam níveis de concentração acima de 0,50 (Tabela 3). Recorrendo ao Índice Herfindahl-Hirschman, analisou-se a relação entre a estrutura de mercado e o grau de competitividade das instituições de crédito com base nas quotas de mercado das instituições de crédito.

Tabela 3. Quotas de mercado						
	Dez-16	Jun-17	Dez-17	Jun-18	Dez-18	Jun-19
Milhões de MT						
Activos Totais	503.887	512.486	535.552	562.885	605.634	637.660
Três maiores bancos	356.808	360.229	373.853	382.174	404.672	429.163
Quota de mercado (%)	71%	70%	70%	68%	67%	67%
Outras IC	147.079	152.256	161.699	180.712	200.962	208.497
Quota de mercado (%)	29%	30%	30%	32%	33%	33%
Depósitos	349.756	357.404	369.946	377.936	413.670	430.063
Três maiores bancos	258.685	266.766	274.587	272.164	294.467	308.275
Quota de mercado (%)	74%	75%	74%	72%	71%	72%
Outras IC	191.328	90.638	95.359	105.772	119.203	121.788
Quota de mercado (%)	26%	25%	26%	28%	29%	28%
Crédito	276.779	251.946	232.831	235.737	240.627	243.362
Três maiores bancos	195.902	175.243	160.485	156.784	154.970	153.992
Quota de mercado (%)	71%	70%	69%	67%	64%	63%
Outras IC	138.658	76.703	72.347	78.954	85.658	89.370
Quota de mercado (%)	29%	30%	31%	33%	36%	37%

Fonte: BM

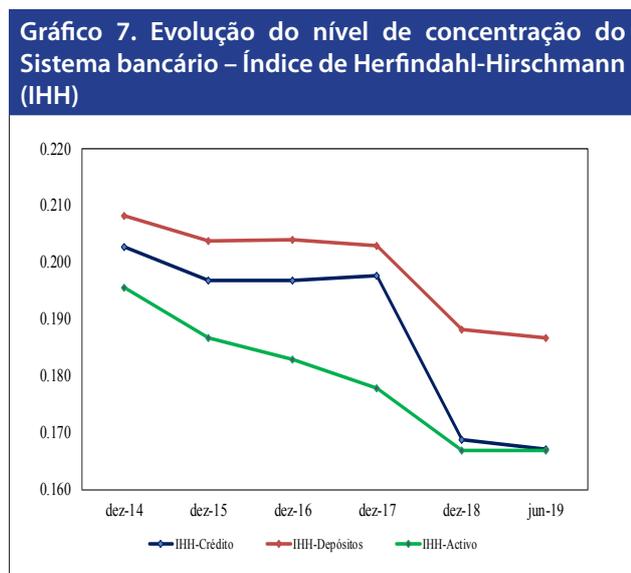
Este nível de concentração bancária limita a concorrência entre os bancos comerciais em

termos de produtos e preços (taxas de empréstimos e depósitos). De igual modo, aumenta o risco de contágio se um dos três principais

bancos enfrentar desequilíbrio financeiro. O risco de contágio pode ser ampliado, tendo em conta que alguns bancos têm exposições significativas às empresas públicas, registando parte considerável destas manifestas dificuldades financeiras.

No entanto, verifica-se uma tendência decrescente dos níveis de concentração, devido à reestruturação de algumas instituições de crédito, incluindo fusões, que aumentam a concorrência e reduzem o oligopólio dos principais bancos. Além disso, há um aumento significativo na rede de agências e um consequente aumento da rotatividade do sistema bancário e promoção da inclusão financeira.

Em termos de activos, em Junho de 2019 a concentração manteve-se nos níveis registados em Dezembro de 2018, enquanto o nível de concentração de depósitos e crédito diminuiu ligeiramente (Gráfico 7 e Tabela 3).



Fonte: BM

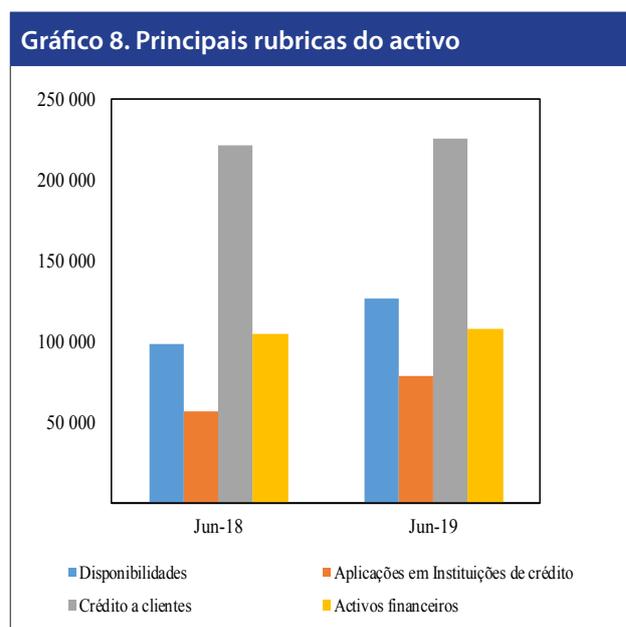
Embora em termos de activos a situação permaneça inalterada, a diminuição das concentrações de créditos e depósitos pode sinalizar uma mudança gradual em relação a outros agentes do sistema bancário. Um sistema bancário menos concentrado e mais competitivo pode levar a menores *spreads* de taxa de juros e fornecer mais crédito à economia.

3.2. Estrutura do balanço

3.2.1. Principais rubricas do activo

No primeiro semestre de 2019, o sistema bancário somou activos na ordem de 638 mil milhões de meticais. O activo mais significativo do sistema bancário foi o crédito para a economia (38%), excluindo provisões, seguido das disponibilidades (20%) e activos financeiros (17%). Embora o crédito à economia esteja a níveis historicamente baixos continua a ser a componente mais importante na estrutura de activos do sistema bancário.

No período em análise, o total de activos do sistema bancário aumentou 6 e 13% em comparação com Dezembro e Junho de 2018, respectivamente. Esta variação positiva deveu-se sobretudo ao aumento das disponibilidades (29%) e aplicações em instituições de crédito (39%) (Gráfico 8).



Fonte: BM

As alterações na composição dos activos ampliaram a carteira de investimentos dos bancos tornando-os menos dependentes de sua exposição governamental, reduzindo assim o risco geral.

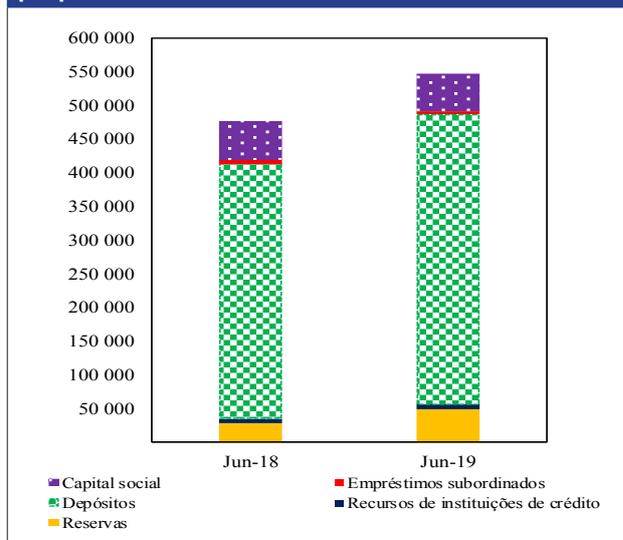
3.2.2. Principais rubricas do passivo e capitais próprios

Em Junho de 2019, o passivo total do sistema bancário totalizou 522 mil milhões de meticaís, representando um aumento de 6 e 13% em relação à Dezembro e Junho de 2018, respectivamente. Os depósitos representam 82% do passivo e constituem a principal fonte de financiamento da actividade bancária.

A predominância de depósitos na estrutura do passivo do sistema bancário torna o financiamento bancário relativamente volátil, dadas as flutuações na maturidade dos depósitos, o que pode levar a um aumento no risco de financiamento.

O património do sistema bancário atingiu mais de 115 mil milhões de meticaís, representando um aumento de 15% em relação a Junho de 2018, como resultado da expansão das reservas e do lucro líquido em 79% e 3%, respectivamente (Gráfico 9).

Gráfico 9. Principais rubricas do passivo e capitais próprios



Fonte: BM

3.3. Indicadores de solidez financeira

3.3.1. Adequação de capital

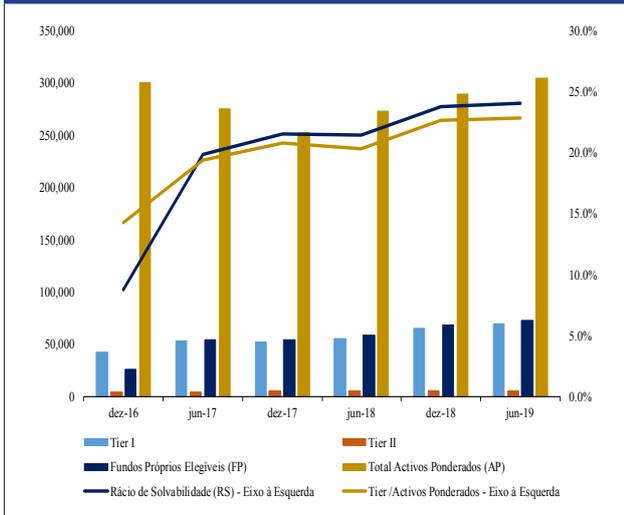
No final de Junho de 2019, os fundos próprios das instituições de crédito situaram-se em 73 mil milhões de meticaís, representando um aumento de 6% e 25% em relação a Dezembro e período homólogo de 2018, respectivamente. O aumento significativo dos fundos próprios superou o crescimento dos activos ponderados pelo risco (12%), resultando na melhoria do rácio de solvabilidade e do rácio Tier 1/activo ponderado, que se fixaram em 24% e 23%, respectivamente (Gráfico 10 e Tabela 4).

Tabela 4. Tier I, Tier II, Fundos Próprios

Rubricas	Dez-16	Jun-17	Dez-17	Jun-18	Dez-18	Jun-19
Tier I – milhões de MT	42.756	53.455	52.476	55.312	65.371	69.512
Tier II – milhões de MT	3.838	4.397	5.200	5.659	4.920	4.949
Fundos próprios elegíveis – milhões de MT	26.460	54.775	54.250	58.286	68.799	72.968
Total activos ponderados - milhões de MT	300.603	275.533	252.003	272.449	289.142	303.966
Rácio de solvabilidade (%)	9%	20%	22%	21%	24%	24%
Tier / Activos ponderados (%)	14%	19%	21%	20%	23%	23%

Fonte: BM

Gráfico 10. Tier I, Tier II, Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade



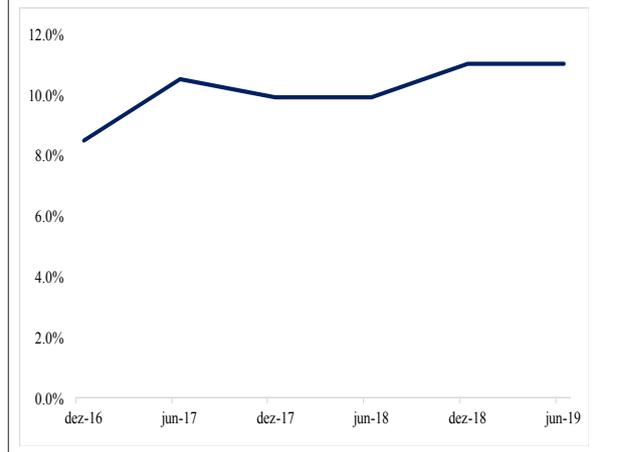
Fonte: BM

Esta evolução positiva é justificada, essencialmente, pelo aumento das reservas e dos resultados transitados, tendo contribuído para a redução do risco de solvência e para a melhoria do risco sistémico global. O grau de alavancagem situou-se acima dos padrões internacionais, indicando que em Moçambique os bancos estão bem capitalizados. O grau de alavancagem é uma medida complementar ao índice de adequação de capital e estabelece a relação entre o core Tier 1 capital e activos totais², dando uma indicação da dimensão em que os activos são financiados pelos capitais próprios.

No primeiro semestre de 2019, o rácio de alavancagem permaneceu inalterado em 11%. Nos últimos três anos, esse indicador aumentou mais de 2 pontos percentuais. Esta variação é resultado do aumento dos fundos próprios de base (63%), que excedeu a exposição dos activos (26%), conforme Gráfico 11.

² Deduzido a partir de activos intangíveis.

Gráfico 11. Rácio de alavancagem



Fonte: BM

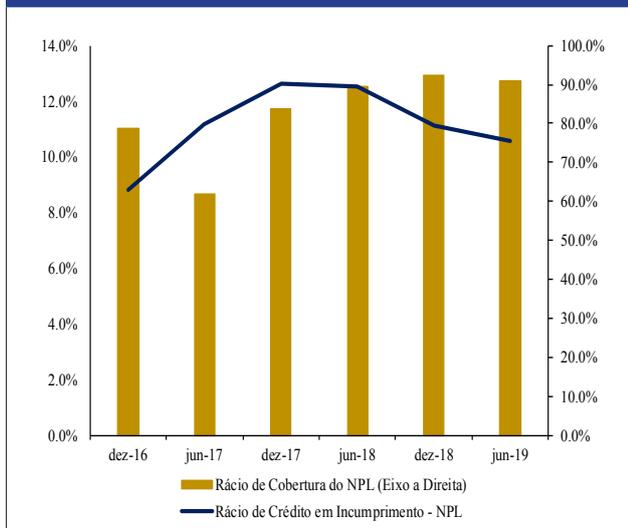
3.3.2. Qualidade de Activos

Em Junho de 2019, o crédito à economia situou-se em 38% dos activos das instituições de crédito, o mesmo registado no período homólogo de 2018, constituindo o principal activo das instituições de crédito, embora o seu peso no total de activos tenha apresentado uma trajectória decrescente nos últimos anos. A redução do crédito à economia deveu-se à desaceleração da economia, às altas taxas de juros reais e ao aumento do rácio de crédito em incumprimento, sendo que esta tendência do ciclo financeiro pode acentuar o carácter recessivo do ciclo de negócios.

O rácio de crédito em incumprimento reduziu para 11%, em Junho de 2019 (próximo do valor registado em Dezembro de 2018), abaixo dos 13% registados no período homólogo de 2018, indicando uma ligeira melhoria na qualidade dos activos. O crédito em incumprimento continua acima dos padrões internacionais e contribui para a deterioração/elevação do risco de crédito.

A cobertura do crédito em incumprimento pelas provisões específicas aumentou de 89%, em Junho de 2018, para 91% em Junho de 2019 (Gráfico 12).

Gráfico 12. Qualidade de activos



Fonte: BM

As elevadas taxas de cobertura do crédito em incumprimento podem estimular os bancos a amortizar empréstimos vencidos e, assim, concederem mais crédito.

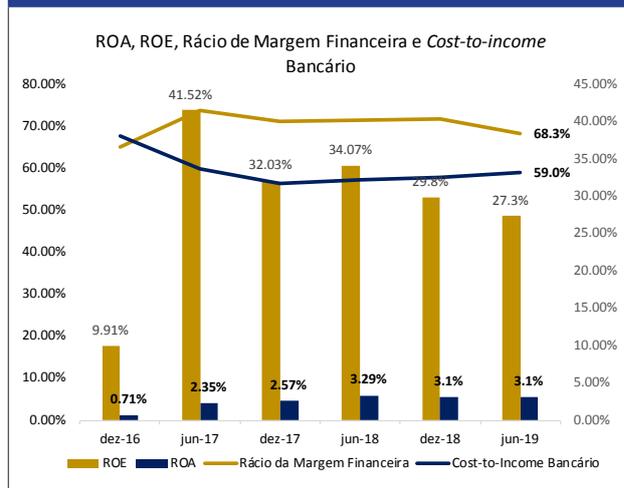
3.3.3. Rendibilidade

Em 2018, as instituições de crédito iniciaram a implementação do International Financial Report Standard 9 (IFRS 9), que define novas regras para a classificação, contabilidade e apresentação de instrumentos financeiros.

Embora espere-se que as perdas resultantes da concessão de crédito aumentem e tornem-se mais voláteis de acordo com o novo modelo do IFRS 9, após 18 meses de sua implementação, o sistema bancário continua atraente para investimentos domésticos e estrangeiros. Em Junho de 2019, a rendibilidade dos activos totais (ROA) foi de 3% (o mesmo registado em Dezembro e Junho de 2018) e a rendibilidade dos capitais próprios (ROE) foi de 27%, após 34% em Junho de 2018 e 30% em Dezembro de 2018.

O rácio *cost to income* situou-se em 59%, em Junho de 2019, um aumento de cerca de 2 pontos percentuais em relação ao mesmo período homólogo de 2018 e 1 ponto percentual em relação a Dezembro de 2018, indicando uma redução na eficiência bancária (Gráfico 13).

Gráfico 13. Rendibilidade



Fonte: BM

A taxa da margem financeira passou para 68% em Junho de 2019, após 72% em Junho e Dezembro de 2018, o que significa que cerca de 68% do produto bancário provém da actividade de intermediação financeira (captação de poupança e concessão de crédito) sendo a principal fonte dos proveitos das instituições de crédito em Moçambique.

A rendibilidade do sistema bancário moçambicano situa-se acima da média para a região da SADC. Isso pode ser um factor de atracção de investimentos ao sistema financeiro.

3.3.4. Liquidez e financiamento

Os depósitos são a principal fonte de financiamento para o sistema bancário. Os depósitos de clientes constituem a fonte mais estável de financiamento bancário sendo que cerca de 20 instituições públicas e privadas representam pouco mais de um quinto do total dos depósitos do sistema bancário, destacando-se os fundos de pensões, empresas ligadas aos portos e caminhos de ferro, dentre outras.

Em Junho de 2019, os depósitos continuaram a crescer a um ritmo superior ao do crédito concedido ao sistema bancário causando, por um lado, à melhoria dos indicadores de liquidez e, por outro, à redução contínua da taxa de transformação dos depósitos em crédito (Tabela 5).

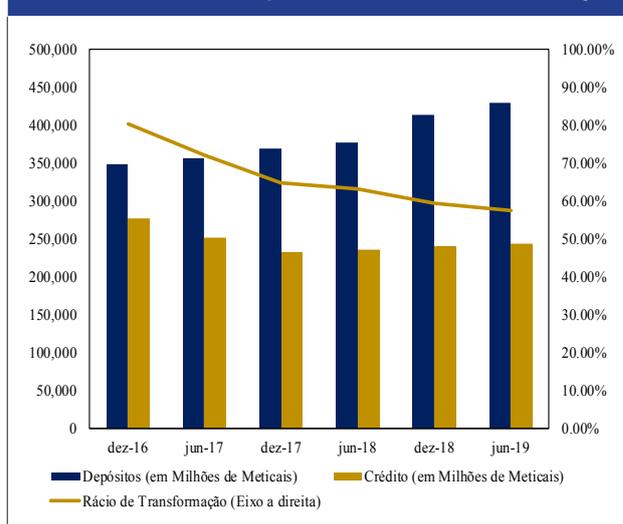
Tabela 5. Principais fontes de financiamento do sistema bancário						
Descrição	Dez-16	Jun-17	Dez-17	Jun-18	Dez-18	Jun-19
Recursos dos bancos centrais	19.574	3.745	105	173	2.329	187
Recursos das instituições de crédito	7.206	6.247	7.382	7.955	8.536	7.457
Depósitos Totais	349 547	357 404	369 950	377 936	410 824	430 063
Empréstimos subordinados	6.624	6.317	6.534	5.430	4.638	4.481
Total do passivo	438 851	434 400	443 020	462 252	491 161	522 274
Peso dos depósitos no passivo	80%	82%	84%	82%	84%	82%

Fonte: BM

A evolução dos rácios de liquidez reflecte a política de aversão ao risco e de reestruturação na composição de activos de algumas instituições de importância sistémica, através da preferência por investimentos mais líquidos e de menor risco.

A taxa de transformação de depósitos em crédito, no período em análise, foi de 58% (59% em Dezembro e 63% em Junho de 2018). Essa redução ficou a dever-se a evolução positiva dos depósitos (14%) a um ritmo superior ao do crescimento do crédito (3%). Se, por um lado, esta evolução traduz-se no aumento da liquidez disponível, por outro impacta negativamente a rentabilidade das instituições de crédito (Gráfico 14 e Tabela 6).

Gráfico 14. Crédito, depósitos e taxa de transformação

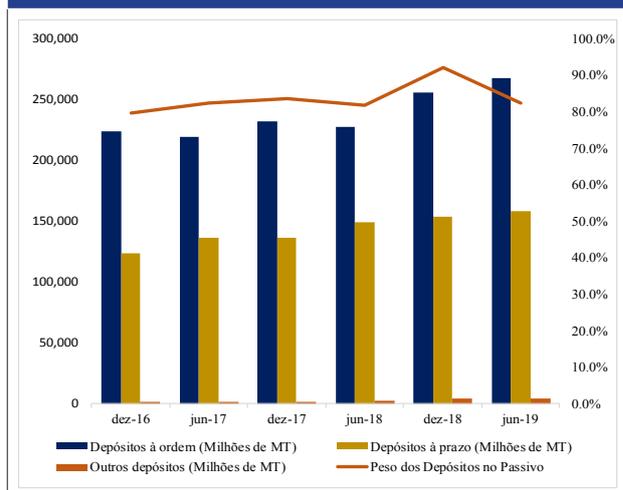


Fonte: BM

Os depósitos totais cobriam 67% do activo total no período analisado. Os depósitos à ordem continuam a representar a maior parcela dos depósitos totais financiando grande parte dos créditos concedidos.

Dependendo da modalidade dos depósitos, os depósitos à ordem podem pressionar a liquidez imediata dos bancos, principalmente se forem de grandes depositantes. Os potenciais levantamentos de depósitos terão consequências mais graves se os activos forem ilíquidos e com vencimentos longos (Gráfico 15).

Gráfico 15. Composição dos depósitos



Fonte: BM

Tanto os depósitos à ordem como os a prazo aumentaram em 18% e 6%, respectivamente, contribuindo para o fortalecimento contínuo

dos fluxos de financiamento do sistema bancário.

Tabela 6. Indicadores de liquidez (milhões de MT)

Descrição	Dez-16	Jun-17	Dez-17	Jun-18	Dez-18	Jun-19
Activos líquidos/Total de depósitos (%)	45%	54%	54%	55%	58%	56%
Activos líquidos/Total de activos (%)	31%	38%	37%	37%	39%	38%
Activos líquidos para passivos de curto prazo (%)	44%	53%	51%	53%	56%	55%
Total de empréstimos/depósitos totais (%)	81%	72%	65%	63%	59%	58%

Fonte: BM

4. Medidas de política macroprudencial

Para reforçar a resiliência do sistema bancário e mitigar riscos sistémicos, o BM pode utilizar medidas de política macroprudencial. Tais medidas passam pelo reforço do capital próprio dos bancos, o controlo dos níveis de crédito em incumprimento e do endividamento das empresas (públicas e privadas) e famílias.

Em 2018, o BM estabeleceu as seguintes medidas de política macroprudencial:

- a) Amortecedor de conservação para os bancos domésticos sistemicamente importantes (D-SIBs) fixado no mínimo de 2,0%. A classificação dos D-SIBs será determinada e publicada no primeiro semestre de cada ano;
- b) Amortecedor de conservação para os bancos domésticos de importância quase sistémica (Quase D-SIB) fixado em 1,0%. A classificação dos Quase D-SIBs será determinada e publicada no primeiro semestre de cada ano;
- c) Limite de 100% no indicador *Loan to Value* (LTV) na concessão de crédito aos clientes das instituições de crédito e sociedades financeiras (ICSF);
- d) Limite de 100% no indicador Dívida sobre o Rendimento (DTI) nos empréstimos aos clientes pelas ICSF;

- e) Estabelecimento do amortecedor de capital contracíclico de fundos próprios como instrumento para prevenção e mitigação do crescimento excessivo do crédito e excessiva alavancagem.

A não activação do amortecedor de capital contracíclico deve-se ao crescimento nominal débil ou negativo do crédito à economia e ao facto da relação crédito/ PIB manter um crescimento abaixo da tendência potencial de longo prazo.

As medidas macroprudenciais são activadas pelo Comité de Estabilidade Financeira e Supervisão (CEFS), que monitora o desenvolvimento dos principais indicadores de estabilidade financeira. O CEFS pode prosseguir com medidas adicionais ou ajustar as medidas já estabelecidas, sempre que as condições do sistema financeiro assim o demandarem.

Capital Social

A abertura de um banco em Moçambique estava sujeita a um capital social mínimo de 70 milhões de meticais. No quadro do reforço da solidez das instituições financeiras, e em linha com as boas práticas internacionais, o Banco de Moçambique, através do aviso 4/GBM/ 2017, de 02 de Junho, ajustou o Capital Social Mínimo dos bancos de 70 milhões de meticais para 1.700 milhões de MT.

Os bancos já constituídos, à data de entrada em vigor do Aviso, devem adequar o seu capital social ao mínimo estabelecido, mediante encaixe nos seguintes moldes:

- a) 570 milhões de meticais até um ano após a entrada em vigor do regulamento;
- b) 1,140 milhões de meticais, até 2 anos após a entrada em vigor do regulamento;
- c) 1,700 milhões de meticais, até 3 anos após a entrada em vigor do regulamento.

Rácio de solvabilidade

O rácio de solvabilidade constitui um dos mais importantes indicadores de solvência das instituições bancárias. A sua manutenção a um nível adequado representa um factor de extrema importância para a estabilidade do sistema financeiro uma vez que, por um lado, garante que as instituições tenham capacidade para absorver choques adversos não esperados e, por outro, mantém o nível de actividade de intermediação na economia.

O Aviso nº 15/GBM/2013, de 31 de Dezembro, estabelece o limite mínimo do rácio de solvabilidade em 8,0%. O aumento gradual da complexidade e do risco no sistema bancário moçambicano, que já era confirmado pelos resultados dos testes de esforço, as elevadas vulnerabilidades dos bancos face às grandes exposições e a comparação com economias similares, apontavam para a necessidade de implementação das novas exigências em termos de capital no curto/médio prazo, com o consequente aumento do rácio de solvabilidade.

Neste quadro, o BM, no uso das suas competências, conferidas pela alínea d) do número 2 do artigo 37 da Lei nº 1/92, de 3 de Janeiro - Lei Orgânica do banco, conjugada com o artigo 64 da Lei nº. 15/99, de 01 de Novembro - Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, actualizada pela Lei 9/2004, de 21 de Julho, deliberou o aumento do rácio para 12,0%, conforme o aviso nº 9/GBM/2017.

As instituições financeiras que à data de entrada em vigor do Aviso não cumprissem com o rácio mínimo estabelecido deviam cumprir um calendário de implementação, nos seguintes moldes:

- a) 9,0% até 1 ano após a entrada em vigor do regulamento;
- b) 11,0% até 2 anos após a entrada em vigor do regulamento;
- c) 12,0% até 3 anos após a entrada em vigor do regulamento.

